

HOMENAGEM A NELSON MANDELA
Colóquio realizado em 20 de novembro de 2018



**ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA**

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

HOMENAGEM A NELSON MANDELA.
Colóquio realizado em 20 de novembro de 2018

AUTORES

**ADRIANO MOREIRA, FÁTIMA ROQUE, JOSÉ FILIPE PINTO,
RUI FIGUEIREDO MARCOS, MANUEL PORTO E ANSELMO BORGES**

EDITOR

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

EDIÇÃO

DIANA SARAIVA DE CARVALHO

ISBN

978-972-623-389-3

ORGANIZAÇÃO



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

Academia das Ciências de Lisboa
R. Academia das Ciências, 19
1249-122 LISBOA
Telefone: 213219730

Correio Electrónico: geral@acad-ciencias.pt

Internet: www.acad-ciencias.pt

Copyright © Academia das Ciências de Lisboa (ACL), 2020
Proibida a reprodução, no todo ou em parte, por qualquer meio, sem autorização do Editor.

Índice

MANDELA E A IGUAL DIGNIDADE DOS HOMENS	
Adriano Moreira.....	3
NELSON MANDELA E A GUERRILHA	
Fátima Moura Roque.....	8
MANDELA: O EMBAIXADOR DA CONSCIÊNCIA E A GUERRA JUSTA	
José Filipe Pinto	11
NELSON MANDELA. OS ROSTOS DE UM MESTRE	
Rui Figueiredo Marcos.....	22
NELSON MANDELA: ABRINDO CAMINHO PARA UMA NOVA ÁFRICA	
Manuel Porto	31
MANDELA: A LIBERDADE E O PERDÃO	
Anselmo Borges	41

MANDELA E A IGUAL DIGNIDADE DOS HOMENS

Adriano Moreira¹

Quando falamos de “santidade”, no âmbito de uma tradição religiosa, temos a tendência para consagrar o sentido da palavra ao conjunto daqueles que reconhecidamente, pelas instâncias competentes, se dedicaram “exclusivamente à oração”, tendo um comportamento de autenticidade da relação dela com a intervenção no mundo em que lhes aconteceu viver. De facto, aquilo que reconhecidamente necessitamos hoje, perante a falta de governança do que chamamos globalismo, e do encontro inevitável de todas as etnias, culturas, crenças, e falta destas, é que tal virtude, no dizer do Dalai Lama, é mais necessária do que apenas a prática reconhecida pelas “religiões tradicionais”. Para tentar manter o tema com uma dimensão que ultrapassa o âmbito da doutrina e da ação católica, começarei por recordar palavras do lembrado Dalai Lama, que me levaram a juntar os nomes de Mandela, do Mahatma Gandhi, e em nossos dias mais recentes, de Luther King, o último assassinado ao pregar o seu *I Have a Dream*, o penúltimo assassinado quando e porque pregava a união da igualdade entre hindus e muçulmanos na Grande Índia, e Mandela dando o exemplo de pregar e praticar a igual dignidade dos homens, com o perdão íntimo de todas as amarguras que sofrera pela vigência do regime que se chamou *apartheid* na África do Sul. Serão certamente inspiradoras de meditação estas palavras de Dalai Lama, que há anos tive a honra de apresentar no auditório da Reitoria da Universidade de Lisboa, e que retiro da entrevista que concedeu a Franz Alt, publicada com o título *Um Apelo ao Mundo* (20|20 Editora, 2018) e que são os seguintes:

O Mahatma Gandhi era um homem profundamente religioso, mas também tinha uma mente secular. Nas suas sessões diárias de oração liam-se e cantavam-se textos de todas as grandes religiões e fontes de saber. Gandhi era um grande amigo de Jesus e do pacifismo que revelou no Sermão da Montanha. É o meu modelo porque incorporou essencialmente a tolerância religiosa. Esta tolerância possui raízes ancestrais na Índia. A Índia alberga hindus, muçulmanos, cristãos, sikhs, jainistas, budistas, zoroastrianos, agnósticos, e ateus, e vivem juntos pacificamente — com poucas exceções.

¹ Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa, Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa

É por isso que não são inoportunas, e exclusivamente inspiradas pela fé católica de que é Papa, estas palavras do Francisco, Bispo de Roma, recolhidas por Paulo Neves da Silva (*Papa Francisco, Frases e Reflexões*, 20|20 Editora, Lisboa, 2017):

Não são as coisas exteriores que nos fazem santos ou não santos, mas é o coração que expressa as nossas intenções, as nossas escolhas, as atitudes exteriores são a consequência do que decidimos no coração, mas não o contrário... A fronteira entre o bem e o mal não passa fora de nós, mas sim, dentro de nós.

Não obstante tal doutrina ter herdado o legado da chamada Doutrina Ibérica da Paz, resultante do ensino das Universidades de Coimbra, de Évora, de Salamanca, o contexto das etnias e culturas diferentes produziu uma teoria de *mitos raciais*, que certamente tiveram mais de uma manifestação da relação de subordinação que na expressão mais severa foi a *escravatura*, praticada por europeus, africanos, orientais, este ajudando a construir, sob a direção dos Brancos, o que são hoje os EUA, que se povoaram de emigrantes europeus depois de extinguirem os nativos em que avultava a grande Nação dos Iroqueses, e a escravatura que exigiu uma guerra civil para ser extinta, e mais tempo para terminar com a discriminação de que foi vítima o também santo Luther King. Tais mitos raciais, que incluíram os mitos dos negros, dos mestiços, dos judeus, dos arianos, têm relevo nas memórias dos vivos no exercício brutal do nazismo, que tornou esdrúxula a tradição antiga da própria Europa, mas sobretudo na África e, nesta, pelo regime do *apartheid* que Mandela teve de enfrentar. A superioridade que os brancos se atribuíam tem não apenas, neste caso, motivações económicas, mas é menos explicável que os atingidos pelos mitos de superioridade branca tenham em muitas regiões considerado que tal cor era preferível à sua. Recentemente, Martin Jacques, “*visiting fellow at the London School of Economics*”, dedicou parte das suas longas investigações à busca das razões pelas quais as tendências ocidentais da moda, do vestuário, da estética feminina sejam facilmente adotadas pelas regiões que foram colonizadas pelos ocidentais, procurando aproximar a cor das peles diversas, das técnicas embelezadoras das mulheres brancas (Martin Jacques, *Quando a China Mandar no Mundo*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2012). Trata-se de um escritor que evidentemente não dá apoio a nenhum mito racial, mas este tema passou a ter interesse quando os europeus tendem para ser uma minoria nesta “terra casa comum dos homens” se a demografia continuar no sentido atual. É a destes homens, aos quais atribuo santidade, que também me parece existir nos líderes europeus que procuraram,

depois de viver a guerra de 1939-1945, organizar a Europa e o Ocidente sob o sonho de “nunca mais”. Mas foi esse sonho de “nunca mais” que marcou a intervenção de Mandela no mundo em que lhe aconteceu viver. Membro de uma família nativa, mas da nobreza local, advogado de profissão, começou por se envolver nos movimentos contra a discriminação racial quer na África do Sul, membro da Comunidade Britânica, assumiu a maior gravidade, num território com grande tradição de nacionalismo de brancos, como já notei há anos, até contra a Inglaterra considerada potência conquistadora de um território já então dominado por brancos. O artigo XI do Estatuto do Herenigda Nazionale Partis declara o seguinte:

O partido considera-se o mandatário cristão da raça europeia e faz desta princípio da sua política, em face das raças não europeias. De acordo com este princípio, dará às raças não europeias a oportunidade de se desenvolverem no seu próprio território segundo as suas aptidões e capacidades naturais e assegurar-lhes um tratamento razoável e justo por parte da administração do país, mas é absolutamente oposto a qualquer mistura de raças europeias e não europeias.

O partido declara-se ainda a favor da separação territorial e política dos indígenas, assim como da separação dos europeus e dos não europeus em geral no domínio residencial e, quanto possível, no domínio industrial. Propondo, por outro lado, proteger todos os grupos de população contra a imigração e contra a concorrência asiática, entre outras, impedindo novas intervenções e aplicando um plano prático de “segregação asiática”. Pretendeu assim que “o *apartheid*” é a garantia da paz racial, indo ao ponto de assegurar que a sua política nascera da experiência da população estabelecida no país, e que era fundada sobre os princípios cristãos da justiça e da equidade:

ela tem por objetivo a manutenção e a proteção da população branca do nosso país enquanto raça branca pura, a movimentação e a proteção dos grupos raciais indígenas enquanto entidades nacionais separadas, tendo a possibilidade de se desenvolverem nos limites do seu setor em sociedades nacionais independentes, e o encorajamento da fidelidade nacional, do respeito mutuo no seio das diversas raças do país....

Em suma, a subordinação perpétua. Foi aqui que Gandhi teve a primeira experiência do que era a subordinação racial-colonial, e não posso deixar de recordar uma experiência pessoal (Adriano Moreira, *Política Ultramarina*, Junta de Investigação do Ultramar, 1961, Lisboa). Quando, nas funções de Ministro do Ultramar, visitei Moçambique, existia a prática diplomática de o Ministro Português fazer uma visita de

cortesias ao Governo da África do Sul. Tinha já revogado o Estatuto dos Indígenas. Recebi a visita do Embaixador da África do Sul em Lisboa, pedindo-me que omitisse a visita: e isto porque a revogação do estatuto dos indígenas arriscava uma revolta da população muita dela emigrante de Moçambique, mas a trabalhar desumanamente nas minas. Respondi-lhe que esperava, deixando uma nota escrita no arquivo do português Ministério do Ultramar, que nenhum futuro Ministro português visitasse por cortesias a África do Sul enquanto vigorasse o regime do *Apartheid*. Anos antes, em visita apenas de estudo, acompanhado pelo meu condiscípulo, amigo, e futuro colaborador, Vicente Loff tinha visto o espetáculo dos bancos separados, das entradas por exemplo para a estação do Caminho-de-ferro separadas, da numerosa mão-de-obra negra que de manhã entrava na cidade para os serviços indispensáveis mas modestos, a saída ao fim da tarde para os seus serviços específicos. Também assisti ao espancamento de um negro pelo dono de uma pastelaria, onde tomamos o pequeno-almoço, porque, fascinado pela exposição dos bolos na montra, se distraíra a dar um passo dentro do estabelecimento. Mas a recordação mais viva que tenho, foi a de, quando pisando o Adamastor, vendo a linha de encontro do Atlântico com o Índico, pude ver a Ilha e cadeia onde Mandela passou toda a juventude, pregando muitas vezes pelo silêncio, sempre pelo exemplo, e progressivamente pela santidade. Vencedor da luta política, sempre orientado pelo espírito de santidade, afastado da família, dos filhos, do mundo, saiu da cadeia proclamando: somos todos sul-africanos. Os EUA tiveram de esperar por Obama para terem um chefe de Estado negro a proclamar: somos todos americanos. É notável, e talvez único em relação à ação não triunfadora de Gandhi, a Política de Perdão e Reconciliação que desenvolveu. Como notou o seu biógrafo Anthony Sampson (*Mandela*, Harper Collins Publishers, Harper Collins, Londres, 1999),

certamente o testemunho de Mandela revela um profundo político muito além do antes sonhado. Sob a pressão da sua apreciação e a triunfadora tempestade política, ele respondeu ao desafio com total contento.

Nunca esquecendo a sua aristocrática ascendência, tendo sido preso depois de conhecer e se comprometer com os guerrilheiros, ao tomar o poder, em 1994, lidou tranquilo com a frieza de Klerk que vencera, visitou, honrando, a estátua de Hendrik Werwoerd e a sua viúva, visitou o Presidente P. W. Botha que o tinha mantido décadas na prisão, não lhe escapou festejar o triunfo de Springbok, clube de brancos, no desafio de rugby para a Copa Mundial, tratou humanamente a sua ex-mulher Winie, conviveu com Clinton como amigo, fez a sua visita de Estado, cordialmente, à Rainha de

Inglaterra, e reconstituíra a sua humana sentimental idade casando com Graça Machel, e deixando com grandeza o poder como presidente do ANC, em Dezembro de 1997, a Thabro Mbeki. Nas suas três décadas de prisão, a santidade marcou a conduta do estadista quando, em 29 de março de 1999 fez o discurso de adeus no Parlamento, definindo a sua geração como “uma para a qual a realização da democracia era o desafio definidor”; e o seu considerado mais acérrimo crítico, Constand Viljoen, no Freedom Front, viu-o como um líder, como Gandhi ou Dalai Lama, “nascido com uma espécie de carisma que parece transcender os políticos desse tempo”. Finalmente parece-me oportuno ler parcela significativa do livro de memórias de Zelda Grange, uma jovem branca, educada em família partidária do *Apartheid*, e que, feita secretária de Mandela se converteu ao seu extraordinário fascínio, e escreveu o seguinte depois da sua morte:

Quando voltei de carro de Qunu para Umtata, já depois das 10 da noite, uma Lua maravilhosamente bela ergueu-se por cima das colinas de Umtata. A Lua cor de laranja mais brilhante que vi na vida. Dei-me conta de que naquele momento era apenas uma rapariga africânder a conduzir o seu carro de Qunu para Umtata sozinha. Madiba teria insistido que um agente me acompanhasse, preocupado como andava sempre com a minha segurança. Pensar nisso fez-me sorrir. Mas continuei de olho na Lua e constatei que ele tinha eliminado todo o medo que havia em mim. Eu tinha finalmente crescido. Há 20 anos seria incapaz de percorrer aquela estrada sozinha a meio da noite. Mas o Transkei, como antigamente lhe chamavam, infiltra-se em nós. Passa a fazer parte de nós. Há 20 anos tinha medo de tanta coisa — da vida, de negros, daquele negro e do futuro da África do Sul — e agora já não me deixava convencer nem influenciar pelas ideias de medo dominantes. Era a minha própria pessoa. Madiba dera-me paz e também liberdade. Livrara-me dos grilhões dos meus próprios medos. Ele tinha libertado o negro, mas o branco também. Sentia-me leve, livre e agradecida por ter tido por professor Nelson Mandela. Sofrera muito com a perda dele, mas ganhara igualmente muito e conduzi até Umtata a conversar com ele e a olhar para a Lua brilhante.

NELSON MANDELA E A GUERRILHA
Fátima Moura Roque

*Um Homem Notável —
Combatente, Mártir, Marido, Estadista e Líder Moral...*

(Mandela's Way, Richard Stengel, 2010)

Ex.mo Sr. Presidente da Academia das Ciências de Lisboa,

Senhor Professor Doutor Artur Anselmo,

Exmo. Sr. Presidente do Instituto de Altos Estudos,

Senhor Professor Doutor Adriano Moreira,

Conheci Madiba numa fase muito difícil para a guerrilha em África, em particular para mim.

Todavia, senti a emoção mais profunda, mais intensa ligada a acontecimentos raros na minha vida. Já tinha sentido essa sensação de felicidade e tranquilidade duas vezes quando fui mãe e agora ao ver de perto e poder dirigir-lhe o olhar e ser correspondida.

De facto, de repente estava na presença de dois Africanos singulares, um que conhecia desde “miúda” e outro que era idolatrado pelo Mundo. Um era na altura considerado um guerrilheiro que tinha recusado umas eleições “consideradas democráticas” pela comunidade internacional, e um outro, símbolo da cultura da paz, da reconciliação, da democracia, da liberdade e da justiça social. Ambos totalmente Africanos

Foi assim que os vi abraçados naquele dia em Qunu, foi assim que se entenderam — como africanos e não como brancos com pele negra.

Um queria a Independência total e verdadeira do seu Povo sem amarras nem corrupção a minar o desenvolvimento sustentável da economia a longo prazo, para erradicar a fome, a pobreza extrema e o analfabetismo (até dos adultos). O outro tinha o seu País entregue à maioria negra, o qual tentava diariamente fazer mais justo — sem

ser injusto para ninguém —, mais reconciliado — mesmo até através da comissão da verdade e da reconciliação (“The Truth and Reconciliation Commission”) — “não há futuro sem perdão” (dizia o Bispo de Cape Town, Desmond Tutu), com mais esperança e confiança no futuro — uma verdadeira nação Arco-Íris.

O mais novo considerava Kwame N’Krumah e Nelson Mandela os seus “guias” políticos. Eram os três muito diferentes nos meios que utilizavam para tentar alcançar os mesmos objectivos para os seus Povos: independência total, liberdade, democracia, justiça social e desenvolvimento estrutural inclusivo, bem como a protecção dos direitos humanos. Nenhum conseguiu alcançar na plenitude esses objectivos sociopolíticos.

Este respeito mútuo poderia ter salvado a vida do guerrilheiro anos mais tarde, tivesse este concordado em abandonar o seu Povo e o seu País e ir para o exílio. Não aconteceu e morreu cedo demais!

Esta homenagem é devida a Homens Africanos que lutaram pela independência total da sua terra, pela dignidade e justiça social dos Povos Africanos, com determinação, generosidade, sacrifício e total desapego aos benefícios materiais. Eles lutaram com tal intensidade que só quem os conheceu bem, e de perto, conseguirá, talvez, entender e prever o alcance dos legados que nos deixaram.

Ele pode ser um Africano de mais de 95 anos (o único santo laico, nas palavras sábias de Adriano Moreira), venerado por muitos milhões de Africanos e por outros tantos por esse mundo fora, um Homem que deixa como herança à África e ao Mundo tantos exemplos de saber perdoar e de encontrar formas inovadoras de reconciliar o que parecia irreconciliável. Só do perdão nasce o amor, dizia, ao tomar posse, em 1994.

Ele pode ser um Africano com o corpo crivado de balas e cobardemente humilhado depois de assassinado. Carismático como poucos, guerrilheiro corajoso, um dos poucos visionários deste tempo, comandante de homens e “mestre” exímio da utilização da palavra na Terra que há-de voltar a sorrir um dia.

Foram estes dois que tive a rara felicidade de “conhecer” em momentos distintos da minha vida. Apesar de ter sido um período difícil para mim voltaria tudo ao princípio só para ver a imagem dos dois abraçados com as veias do pescoço do mais novo a saltarem da pele.

Nelson Mandela nasceu e cresceu em Qunu, falava Xhoba e pertencia à tribo Thembu. Teria feito 100 anos a 12 de Julho de 2018 e faleceu a 5 de Dezembro de 2013 com 95 anos.

Madiba passou 18 dos 27 anos na Robben Island em frente à Cidade do Cabo e foi libertado a 2 de Fevereiro de 1990. Foi eleito Presidente da Nação Arco-Íris, como Mandela a definia: em paz consigo própria e com o Mundo, em Maio de 1994, e serviu o País uma legislatura de cinco anos — tendo ganho o Prémio Nobel da Paz em 1993.

A Liberdade foi sempre um conceito presente nos discursos e na vida de Mandela (Senhor Mandela) e esta incluía a liberdade das Mulheres. Lutou para que houvesse igualdade e desenvolvimento a todos os níveis da sociedade.

Escolheu a educação para melhorar as desigualdades na África do Sul e considerou-a a ferramenta mais poderosa que pode ser usada para mudarmos o Mundo.

A Fundação Nelson Mandela tem dois objectivos principais: minorar a pobreza rural e as desigualdades na Nação Arco-Íris. A sida foi também um objectivo caro a que Madiba se dedicou, mesmo antes da morte de um filho seu. Ajudou a constituir o grupo “The Elders” que é formado por líderes mundiais com o objectivo de promover a paz e os direitos humanos no mundo. Fazem parte, entre outros: Jimmy Carter, Ban Ki-Moon e Kofi Annan.

Em suma, Nelson Mandela foi fundamental para a guerrilha africana em vários países do Continente (em muitos apenas como figura moral), sem nunca ter sido guerrilheiro.

Há um tema que irei desenvolver um dia: que aspectos aproximam (ou afastam) as personalidades e programas políticos de líderes Africanos, considerados com estatura mundial, tais como Kwame N’Krumah, Leopold Senghor, Jomo Keyniata, Samora Machel, Amílcar Cabral, Jonas Savimbi (Ho Chi Ming), Obasanjo Bouteflika.

Muito obrigada.

MANDELA: O EMBAIXADOR DA CONSCIÊNCIA E A GUERRA JUSTA

José Filipe Pinto

Introdução

Em 2006, a Amnistia Internacional nomeou Nelson Mandela Embaixador da Consciência. Trata-se do mais elevado galardão atribuído pela organização. Um reconhecimento inspirado num poema escrito pelo Nobel da Literatura Seamus Heaney, com a particularidade de Mandela ter servido de fonte de inspiração para a escrita. Um exemplo de que o acaso nem sempre acontece por acaso.

Como justificação para a atribuição do galardão, a Amnistia Internacional fez questão de reconhecer que “mais do que qualquer ser humano, Nelson Mandela simbolizou tudo o que é esperança e idealismo na vida”. Uma esperança e um idealismo que nem os mais de 27 anos passados no cárcere conseguiram apagar.

Esperança que, como Adriano Moreira ensina a partir da Doutrina Social da Igreja, precisou de ser concreta. A única forma para passar do plano dos desejos para o campo da realidade. Um pragmatismo que não dispensa o sonho, mas coloca a tónica no reconhecimento de que são os atos e não as palavras que rezam por nós. Nós e não eu. No caso de Mandela, a passagem do “do homem egocêntrico, intempestivo e intolerante, como os próprios amigos o descreviam à data da sua condenação a pena perpétua, nos anos 60” (Mateus, 2014, p. 18) para o libertador do seu carcereiro.

Um exemplo do que Stuart Hall (2003) designa como sujeito sociológico. Alguém que resiste à fragmentação porque vai construindo a sua identidade na interação com o outro, tanto na dimensão individual como na coletiva. Uma revisitação daquilo que Mandela escreveu no prefácio a Richard Stengel (2008) relativamente ao conceito de *ubuntu* — “*we are human only through the humanity of others*”.

Um idealismo que não se circunscreveu ao seu país-natal. Aquele para cuja recuperação da dignidade e reconciliação nacional Mandela tanto contribuiu.

É sobre esse contributo que esta comunicação se debruça, tentando, a exemplo de Maluleke (2015, p. 1), evitar cair numa “*hagiography and character romanticisation*”, para ajudar na construção de “*a more human face for Nelson Mandela*”. Uma forma de explicar que mesmo alguém agraciado com o Nobel da Paz

pode ver-se obrigado a recorrer à guerra quando a dignidade coletiva é colocada em causa.

Uma afirmação que aceita parcialmente como verdadeira a afirmação de André Brink ao *Le Monde* segundo a qual Mandela não foi um pacifista. Uma aceitação parcial porque, como se verá a seguir, há múltiplas concepções relativas ao conceito de pacifismo, desde que a ação não-violenta não se circunscreva ao fenómeno propriamente dito. Uma situação que aconselha a uma reflexão, ainda que breve, sobre a guerra justa. Uma reflexão justificada por duas razões. Em primeiro lugar, porque “a doutrina que procura condenar e eliminar toda a forma de guerra continua desafiada pelos factos” (Moreira, 2005, p. 418). Depois, porque, como Walzer (2002, p. 925) afirma, a teoria da guerra justa nasceu “*in the service of the powers*”, mas também serviu os interesses de uma “*oppositionist history*” como aquela que Mandela liderou.

A Guerra Justa e a Guerra Justificada

A questão da guerra justa é muito antiga, pois já fez parte das reflexões de pensadores da Antiguidade Clássica e da Época Medieval, como Cícero, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, mas continua longe de consensual, podendo as várias perspectivas serem agrupadas, *grosso modo*, em três escolas: pacifismo, utilitarismo e realismo político. Uma problemática que se mantém atual, pois continua a haver autores, como Michael Walzer, que, a partir da análise crítica das diferentes posições, elaboram a sua teoria da guerra justa. Walzer (2002, p. 942) para quem a teoria da guerra justa não era “*an apology for any particular war*” nem significava “*a renunciation of war itself*”.

A tipologia referida permite alguma margem de manobra dentro de cada escola. Por isso, Theodore Koontz, numa conferência realizada em Jerusalém em 1993², falou de três formas de não-violência cristã — pacifismo propriamente dito, abolicionismo e resistência não violenta — mas recordou que John H. Yoder tinha apresentado vinte formas e que Peter Brock tinha identificado seis visões pacifistas.

Voltando a Koontz, o facto de considerar que o abolicionismo representa uma forma de pacifismo, no sentido de que “*there is a moral mandate to set up a world system which will make war obsolete*”, permite questionar se Mandela não poderá ser

² Todas as citações foram feitas a partir do texto da conferência disponibilizado pelo autor.

visto como abolicionista. Na realidade, o mandato moral que se aplica à guerra também abrange, segundo o autor, a escravatura. Por isso, não parece abusivo dizer que se poderá aplicar ao *apartheid*. Um mandato que não recusa necessariamente participar em todas as guerras — Moreira (2005, p. 411) explica a diferença entre a teologia da guerra justa e a perspectiva da legitimidade da guerra defensiva —, embora o desiderato final seja a busca da Paz Perpétua de Kant, um dos pensadores que Koontz inclui na lista dos abolicionistas. Tal como Erasmus ou William Penn.

Ainda no que concerne à multiplicidade de concepções, no que à escola realista diz respeito, é possível falar de dois tipos de realismo — descritivo ou empírico e prescritivo — sendo que o segundo aponta para uma maior moderação, chegando a apresentar alguma semelhança com o utilitarismo, a posição intermédia entre os extremos realista e pacifista, e que coloca a ênfase justificativa na utilidade que poderá decorrer da guerra.

A análise da temática remete para a necessidade de recorrer a três planos: *jus ad bellum*, *jus in bello* e *jus post bellum*.

O primeiro, do qual decorrem os restantes, preocupa-se com os princípios que permitem justificar a legitimidade do recurso à guerra. O segundo procura inventariar os princípios a observar durante o decurso do conflito, uma vez que uma guerra passível de ser considerada justa pode deixar de merecer essa designação devido a comportamentos não-éticos por parte de pelo menos um dos beligerantes. Uma situação que pode consubstanciar a passagem da responsabilidade do foro político para o militar. O terceiro plano diz respeito aos princípios que devem presidir à fase pós-conflito.

Sendo certo que a ação de Nelson Mandela pode ser analisada em qualquer um destes planos, é no terceiro que ganha uma dimensão que não está ao alcance do homem comum, embora Madiba recusasse qualquer messianismo ou profetismo. Uma recusa que Stengel (2012) não atribui à falsa modéstia, uma vez que o considera “*a man of many contradictions*”. Alguém que era “*thick-skinned but easily wounded*”.

Mandela, como lembra Moreira (2011, p. 126), repudiou que lhe atribuíssem a “santidade” e ensinou que “um santo é um pecador que luta até ao fim”. Por isso, ao contrário do bíblico rei Salomão e de vários populistas dos tempos modernos, recusou ser um ungido para a tarefa de reconstrução nacional.

Limitou-se, novamente em palavras próprias, a ser um homem vulgar que as circunstâncias extraordinárias fizeram líder. O enfoque colocado na circunstância, esquecendo intencionalmente que Ortega y Gasset nunca apagava a figura do homem. Aqui sim, a modéstia a ditar a lei numa vida que parecia destinada a outros fins.

Mandela: da Aldeia às Prisões

Rolihlahla Mandela nasceu na aldeia de Mvezo, a sudoeste de Joanesburgo, numa África do Sul onde o sistema vigente desconsiderava ou procurava usar em proveito próprio as autoridades tradicionais. Uma África do Sul, onde, mais de 30 anos após o nascimento de Mandela e já em plena fase descolonizadora da ONU, uma lei de 1950 catalogava cada pessoa numa de quatro categorias: branco, asiático, mestiço e indígena.

Nascido na tribo Thembu, a terceira da etnia Xossa, o seu destino foi marcado, desde cedo, pela arrogância do poder colonial, uma vez que o seu pai foi expulso da terra natal por se mostrar pouco cooperante. Mais um exemplo, em que a História é fértil, de que poder e autoridade raras vezes se assumem como sinónimos.

A ida da família para Qunu e a morte prematura do progenitor levariam Mandela à escola metodista e ao rebatismo. O apelido manteve-se, mas Rolihlahla passou a ser Nelson. Uma ocidentalização necessária para o primeiro membro da família a frequentar outra escola que não a da vida.

A posterior ida para a universidade de Fort Hare, a adesão ao Congresso Nacional Africano (ANC), a criação da Liga Jovem do ANC, a restrição de deslocação, o processo de Rivonia e a prisão durante mais de um quarto de século encarregaram-se de mudar o destino de quem parecia inicialmente fadado para chefe tribal e, num segundo momento, para tirar proveito dos muitos clientes que a sua secretária, Zubeida Patel, lhe carregou para o escritório de advocacia.

O desafio tornou-se incomparavelmente maior para alguém que Zakes Mda (2013) conheceu ainda como “*a fire-breathing revolutionary who would quote Marx and Lenin at the drop of a hat*” e, simultaneamente, como “*a Xhosa traditionalist with aristocratic tendencies*”.

A longa privação de liberdade serviu para Mandela ir desenvolvendo um pensamento onde a figura do outro passou a ser uma constante. Uma prova de que existem exceções relativamente à denúncia de outro lutador pela liberdade do seu povo, Havel, quando afirmou que, na sociedade atual, “aprendemos a não acreditar em nada, sermos indiferentes uns aos outros, a ocuparmo-nos apenas de nós próprios” (Moreira, 2005, pp. 11-12).

Na prisão, Mandela focou-se na luta pela liberdade do seu povo. Sabia que seria necessário enterrar o *apartheid*, mas também evitar que os crimes do passado viessem bater à porta do presente e hipotecassem o futuro. Para tal seria preciso perdoar mesmo o imperdoável. A condição *sine qua non* para promover a reconciliação nacional e construir a nação. Aquilo que Moreira (2011, p. 211) designou como “a reconciliação pela verdade”.

Uma política de pequenos, ainda que, a partir de certa altura, rápidos passos. Uma ação que Mandela acompanhou, recusando qualquer privilégio especial relativamente aos outros prisioneiros, apesar de a tuberculose ter implicado a sua transferência da prisão de alta segurança de Pollsmoor, onde os detidos já não eram obrigados a comer “*pap three meals a day*”, para uma casa no pátio da prisão de Verster.

Mandela tinha plena consciência de que o desafio era coletivo e não se confinava às paredes do cárcere. Uma luta que a comunidade internacional soube reconhecer e apoiar. Daí a pressão, designadamente através de sanções económicas, sobre a África do Sul. Um processo de reconciliação que também conheceu outros protagonistas, nomeadamente Frederik De Klerk e o bispo Desmond Tutu, Nobel da Paz em 1984.

Da Prisão ao Palácio do Poder

Em 9 de novembro de 1989, poucos meses após Frederik De Klerk ter tomado conta dos destinos da República da África do Sul, o Mundo assistiu à queda do muro de Berlim. O dismantelamento do mundo bipolar seria acompanhado, na África do Sul, pelo início do disfuncionamento do regime do *apartheid*.

Frederik De Klerk encontrou-se pela primeira vez com Mandela em 13 de dezembro e, ainda em 1989, mandou soltar alguns presos políticos, embora Mandela só tivesse sido libertado em 11 de fevereiro de 1990, ano em que a segregação nos lugares

públicos foi abolida. A reclusão tinha ajudado a cultivar a paciência de quem tinha passado vinte e um anos sem sequer tocar a mão da esposa. Por isso manteve-se fiel à posição anterior quando tinha recusado as seis ofertas de libertação que o Governo de Peter Botha lhe tinha feito ao longo de dez anos. Propostas condicionadas no sentido da manutenção, ainda que com algum abertura, do *status quo*. Uma última tentativa já no estertor do *apartheid*, uma vez que o regime sabia que a situação se estava a tornar insustentável.

O desmantelamento oficial do *apartheid* ficaria completo em 1991, embora o referendo de 1992 sobre as reformas democráticas ainda só tivesse abrangido os brancos.

A situação era inquietante, pois havia que controlar duas reações: a ânsia de revolta e vingança decorrente da exploração a que a comunidade negra tinha sido longamente sujeita e a recusa da elite outrora dominante que continuava a acreditar no direito à supremacia branca. As negociações foram difíceis, malgrado De Klerk ter contado com o apoio de Roelof Meyer, um “*afrikander ‘verligte’* (iluminado), que se tornara o [seu] braço-direito” (Mateus, 2014, p. 19).

De Klerk aceitou ultrapassar a visão em que tinha sido educado relativamente à figura diabolizada do negro e disponibilizou-se para ajudar a acertar os ponteiros do seu país com o relógio da História. Mandela não esqueceu o passado, mas, como prova o seu primeiro discurso logo que saiu da prisão, assumiu a reconciliação como o grande desígnio nacional, pois apreendeu “rapidamente o mundo de que tinha sido longamente sequestrado” (Moreira, 2009, p. 211).

Daí que, em 1993, o Prémio Nobel da Paz tivesse sido atribuído conjuntamente aos dois. O reconhecimento internacional de que tinha sido graças a ambos que a África do Sul tinha evitado o banho de sangue que a comunidade internacional previa e receava. Um reconhecimento que, no entanto, não faz de Mandela um pacifista no sentido estrito da palavra. Tal como a aceitação política — o partido de Mandela venceu as primeiras eleições livres da África do Sul, realizadas em abril de 1994, com 63% dos votos — não prendeu ao poder o antigo preso político. Eleições que foram as primeiras para cerca de 80% do eleitorado, apesar de serem as vigésimas-sétimas para os brancos e as terceiras para mestiços e indianos.

Um mandato presidencial foi suficiente. Mandela não trocou a prisão imposta pela prisão escolhida, ainda que dourada. Recusou-se a seguir o exemplo de outros líderes que, sobretudo no continente africano, insistiram na rentabilização do passado como estratégia para se perpetuarem no poder. Um dos medos que Mandela reconheceu quando no discurso inaugural, em 1994, afirmou que o seu mais profundo receio não se prendia com a hipótese de ser inadequado, mas sim com a possibilidade de ser “*powerful beyond measure*”. Uma forma de admitir que iria ter em conta a advertência de Lord Acton segundo a qual o poder tende a corromper e o poder absoluto corrompe absolutamente.

A carta que, em 1 de junho de 1970, tinha escrito a duas filhas, Zeni e Zindzi, impedidas de o visitar no cárcere uma vez que eram menores, falava do desejo de uma casa tranquila e pacífica. É fácil constatar que o Palácio do Poder não se enquadra nessa designação, mesmo para quem cultiva a informalidade, como o título do livro da sua secretária africânder, Zelda La Grange³, deixou claro.

No que concerne à arte de bem governar, Plutarco aconselhou os políticos que já beneficiavam de poder e de crédito a tentarem “nivelar o temperamento dos cidadãos levando-os lentamente em direcção ao melhor” (p. 14). Palavras de que Mandela, enquanto Presidente, não se afastou, apesar da complexidade com que se viu confrontado. Como Sampson (1999, p. xxvi) afirmou, Mandela foi “*the son of an African chief who retained many of his rural values while bestriding the global stage*”. Um reconhecimento de que os novos palcos da vida não constituíram razão suficiente para que Mandela abandonasse os valores rurais. Aqueles que apontam para o sentido tonnesiano de comunidade.

Falar da presidência de Nelson Mandela e reconhecer os erros que lhe são apontados, sobretudo pela morosidade na implantação das reformas necessárias, situação que leva os críticos a dizer que o *apartheid racial* foi substituído por uma espécie de *apartheid social*, representa uma inevitabilidade para a História. Uma avaliação que também chamará à colação o mau desempenho de algumas figuras que beneficiavam da complacência decorrente da amizade presidencial, embora o Governo de Mandela incluísse elementos do regime anterior e vozes críticas ou desalinhadas do ANC.

³ O livro intitula-se *Bom-dia, Senhor Mandela*.

Num continente habituado à visão patrimonialista da elite revolucionária que tomou o lugar da elite colonial, a lealdade aos seus próximos, malgrado Stengel (2012) dizer que Mandela não tinha medo de dizer «não», acabaria por se virar contra si e colocar algumas nuvens sobre o ativo. Algo perfeitamente evitável se Mandela tivesse aceitado cultivar a imagem de ungido. Nesse caso, os concidadãos tornados crentes tudo desculpariam ao Messias legitimado. Mandela preferiu a legitimação pelo pensamento e a ação e foi construindo um ativo sem se preocupar consigo próprio.

A questão do ativo e do passivo permite regressar ao título da comunicação.

O Reconhecimento Internacional

Em 2006, quando a Amnistia Internacional lhe atribuiu o galardão de Embaixador da Consciência, Mandela já não estava no Poder. Tinha sabido retirar-se a tempo, ou seja, antes de se tornar “*the visible architect of our restraint*” (Walzer, 1973, p. 163). Uma decisão sábia, pois, como afirma Reemtsma (2008, p. 133), “*le pouvoir consiste en une double temporalité: de son présent et de l’anticipation de son futur*”.

Por isso a sua autoridade era imensa, embora os Estados Unidos teimassem em mantê-lo na lista de terroristas até 2008, malgrado a guerra fria já ter terminado e o receio de uma ameaça comunista no sul do continente africano ter deixado de fazer sentido. Porém, as desconfianças estadunidenses e a reduzida confiança manifestada por Margareth Thatcher não se revelaram suficientes para esbater o sentimento generalizado da comunidade internacional. Uma autoridade que explica a centena de Doutoramentos *Honoris Causa* que foram atribuídos a uma personalidade que o *apartheid* tinha expulsado da universidade.

A Amnistia Internacional indicou como razão próxima para a atribuição do prémio a ação de Mandela na luta contra o flagelo da sida. Uma prova provada de que Madiba tinha deixado a presidência, mas não tinha abandonado as grandes causas. Aquelas que se prendem com os direitos humanos que, apesar dos mais de setenta anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, continuam a não chegar a toda a Humanidade. Daí a criação de três organizações por si patrocinadas: a Fundação Nelson Mandela, o Fundo de Ajuda à Infância Nelson Mandela e a Fundação Mandela Rhodes. Por isso, a razão profunda da distinção prendia-se, de acordo com as palavras da Secretária-Geral da Amnistia Internacional, Irene Kahn, com uma vida devotada à luta

pela liberdade e pela justiça na África do Sul e no Mundo. Uma forma de reconhecer a universalidade do exemplo de Mandela. Uma vida devotada à luta pela liberdade e pelo direito à dignidade.

Uma luta em que, como se depreende do exposto, devem ser consideradas três fases.

A primeira, correspondente ao período mais bélico, que o sentenciaria à prisão perpétua. A fase em que lhe foi colocado o anátema de terrorista. Uma situação em que Mandela não foi um caso isolado. Por exemplo, Yasser Arafat, o líder palestino que também recebeu o Prémio Nobel da Paz, recusava o epíteto de terrorista, pois não aceitava que fosse considerado terrorista quem estava a favor de uma causa justa. Só que a África do Sul do *apartheid* tinha outra leitura, desde logo porque não reconhecia à luta emancipadora a designação de guerra justa. Uma mentalidade colonial rica em exemplos. Uma mentalidade incapaz de perceber que a prisão não prende os sonhos.

A segunda fase, a mais longa, foi passada nas várias prisões que o regime lhe foi destinando. Correspondeu ao período de reflexão necessária para a elaboração do projeto coletivo.

A terceira fase teve início com a abertura dos portões da prisão, embora pareça aconselhável considerar vários momentos: a luta pelo Poder, o exercício do Poder e o período pós-Poder.

É habitual que aqueles que desempenharam cargos políticos dediquem a parte final das suas vidas à escrita das suas memórias. Um nome bem escolhido porque é a memória — do próprio e daqueles que o acompanharam — a principal fonte de informação. Uma espécie de justificação que se aceita, embora convenha ter em conta que, como Adriano Moreira adverte, a memória é piedosamente seletiva.

Mandela não fugiu a essa regra. A leitura de *Um longo caminho para a liberdade* documenta, obviamente com as inevitáveis marcas de subjetividade, as três fases aqui consideradas. Uma obra que, como a revista de livros do *New York Times* escreveu, mostra um Mandela “*considerably more human than the icon of legend*”. Uma interpretação consentânea com a já mencionada conceção de santidade. Por isso, há quem resuma a vida de Madiba numa expressão composta: santo laico.

No ano de 2018, a Amnistia Internacional viu-se obrigada a retirar à líder do Governo de Myanmar, Aung San Suu Kyi, o título de Embaixadora da Consciência que

lhe tinha concedido em 2009. A organização acusou-a de “traição a muitos valores que promoveu durante décadas”.

No caso de Mandela, como já foi dito, o reconhecimento da Amnistia Internacional aconteceu já depois de deixar de exercer funções governativas. Um reconhecimento que, face ao aqui exposto, pecou por tardio. Afinal, há muito que se sabia que a atribuição do galardão seria à prova de qualquer posterior arrependimento.

À Guisa de Conclusão

Mandela (2016, p. 17) fez questão de dizer que não acreditava que “os nomes marquem o destino”. Porém, esclareceu que o seu nome inicial, Rolihlahla, queria dizer, “literalmente, «puxar um ramo de árvore», mas o seu significado mais corrente é «agitador»”. Os factos apresentados nesta breve comunicação permitem desconfiar da crença manifestada pelo primeiro Presidente eleito pelos cidadãos da República da África do Sul.

Na sua autobiografia, Mandela lembrou que na Bíblia os jardins precedem os jardineiros. Esta comunicação dá como provado que, face à inexistência do jardim, Mandela tomou como missão lançar as sementes à terra.

Na verdade, durante várias décadas, Mandela agitou — e muito — um regime que teimava em resistir, malgrado a condenação da comunidade internacional. Uma condenação que levaria ao apoio ocidental à criação da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), a precursora da atual SADC. Conquistada a liberdade, a agitação passou para o plano da consciência individual. Só quando chegou à consciência nacional, a nação arco-íris, a agitação cedeu o lugar à serenidade que passou a transparecer no rosto do antigo prisioneiro 46.664.

Arco-íris no sentido simbólico que lhe é reconhecido pelas três religiões monoteístas reveladas, ou seja, «arco-da-aliança». No caso da África do Sul, uma aliança de brancos, negros, mestiços, indianos...

Uma serenidade atenta porque a missão não estava — e provavelmente nunca ficará — integralmente concluída. Constatação que não dispensa a insistência na luta pelo sonho.

Paulo VI disse, na Assembleia-Geral da ONU, que o desenvolvimento era o novo nome da paz. Bobbio (1992, p. 1) foi mais longe na utopia e defendeu que “haverá paz estável, uma paz que não tenha a guerra como alternativa, somente quando existirem cidadãos não mais apenas deste ou daquele Estado, mas do mundo”. Mandela, ao receber a distinção da Amnistia Internacional, reconheceu a universalidade do desafio ao afirmar que “*tant que l’injustice et l’inégalité perdureront, aucun d’entre nous ne pourra prendre de repos*”.

O corpo, devido aos limites físicos, teve direito a repousar. O espírito, porém, continuará a iluminar a estrada. A servir de Embaixador da Consciência Coletiva. Aquela que sabe que a unidade se constrói respeitando a diversidade.

Bibliografia

- Bobbio, N. (1992). *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda.
- Hall, S. (2003). “Pensando a diáspora: reflexes sobre a terra no exterior”. In L. Sovik (Org.). *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- La Grange, Z. (2014). *Bom-dia, Senhor Mandela*. Lisboa: Temas e Debates.
- Maluleke, T. (2015). “The search for a more human face for Nelson Mandela: an urgent task”. *HTS Theologise Studies/Theological Studies* 71(3), Art. #2941, 7p.
- Mandela, N. (2016). *The long walk to freedom*. Boston/New York/London: Little, Brown and Company.
- Mateus, A. (2014). *Mandela. A construção de um homem*. Lisboa: Oficina do Livro.
- Mda. Z. (2013, 5 dez.). “The contradictions of Mandela”. *The New York Times*.
- Moreira, A. (2005). *Teoria das relações internacionais*. Coimbra: Almedina.
- Moreira, A. (2011). *Da utopia à fronteira da pobreza*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Plutarco. (2009). *Conselhos aos políticos para bem governar*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Reemtsma, J. (2011). *Confiance et violence. Essai sur une configuration particulière de la modernité*. Paris: Gallimard.
- Sampson, A. (1999). *Mandela: the authorised biography*. London: Harper Collins UK.
- Stengel, R. (2012). *Nelson Mandela: portrait of an extraordinary man*. London: Virgin.
- Walzer, M. (1973). “Political action: problem of dirty hands”. *Philosophy & Public Affairs*, vol. 2, n.º. 2, 160-180.
- Walzer, M. (2015). *Just and unjust wars: a moral argument with historical illustrations*. Berkeley: Ingram Publisher Services US
- Walzer, M. (2002). “The triumph of just war theory (and the dangers of success)”. *Social Research*, vol. 69, n.º 4, *International Justice, War Crimes, and Terrorism: The U.S. Record*, 925-944.

NELSON MANDELA. OS ROSTOS DE UM MESTRE

Rui Figueiredo Marcos

Senhor Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa,

Senhora Secretária-Geral da Academia das Ciências,

Senhora Embaixadora da Argélia,

Senhora Embaixadora da África do Sul,

Eminentes Confrades,

Ilustres Convidados,

Senhores Doutores,

Senhoras e Senhores,

A diferença que separa a recordação da evocação é que a recordação não tem alma. De acordo com este ensinamento de Vergílio Ferreira, o que me proponho é abeirar-me, tanto quanto possível, de um exercício de evocação de Nelson Mandela, através da composição de um breve retrato.

Não constitui missão fácil esboçar o retrato de uma personalidade tão complexa e tão cheia de plúrimas facetas como a de Nelson Mandela. No entanto, admito que tenha alguma vantagem na composição do retrato de Nelson Mandela pintado pela palavra relativamente à técnica, ainda que apurada, de um pintor de elevada folha e craveira.

É que a arte não consegue o milagre de perscrutar, ler e exprimir todo o interior das almas e não tem outro remédio senão confessar-se impotente para fixar na tela, no bronze ou na pedra os dons e os predicados de uma pessoa que, pela sua exuberante riqueza ou pela distância intransponível do espírito à matéria, se mostram fugitivos à expressão plástica.

Neste aspecto, encontro-me muito bem acompanhado por um dos maiores poetas do classicismo renascentista e Doutor em Cânones pela Universidade de Coimbra, António Ferreira, que num engenhoso epigrama dirigido a um retrato de Dona Catarina

de Sousa versegou, com inteira propriedade: “Mostrou o que pode a mão, a tinta e a arte / mas só o que não se vê é Catarina”.

Senhoras e Senhores,

O castelo mais acastelado do Homem, o reduto mais inexpugnável do seu ser, é a sua infância. Pinta uma pintura viva à qual prestamos homenagem toda a vida e que, verdadeiramente, não sai sem levar consigo o todo.

Nasceu Nelson Mandela no dia 18 de 1918 num pequeno povoado. Cresceu num ambiente amável que o defendeu de muitas agruras. Até certa altura, não foi tocado pela segregação, porque a sua experiência com brancos era inexistente. Teve como modelo formativo do seu carácter a figura paternal. O pai de Mandela era um chefe local que também servia de conselheiro do rei do povo Tembo. De acordo com Mandela, o pai possuía um orgulho rebelde e um sentido obstinado de justiça que reconhecia nele próprio.

Os passos seguintes da sua educação levaram-no a incorporar uma bem timbrada identidade cultural e civilizacional. Assimilou-a, principalmente, em casa do rei do povo Tembu, Jongintaba, sem tutor, onde passou a viver, a partir dos nove anos, e nos diferentes colégios para negros que frequentou.

A pouco e pouco, transformou-se num sagaz leitor da natureza humana e num excelente intérprete de culturas civilizacionalmente distintas. Ele próprio, em certa medida e visto por certos ângulos, escutou sinetas aculturadoras em contacto com o modo de vida dominante na África do Sul. Nesse intencionado ou não contacto, sarjou decerto a sua mente uma implacável ética de comparabilidade. As lições, mesmo que repelidas ou repudiadas, não deixam de aguçar o engenho de quem as experiencia.

Exorbita naturalmente do âmbito desta singela intervenção o acompanhamento do trajecto de Nelson Mandela. O retrato que procurarei compor fá-lo-ei através de um mosaico de predicados que ressaltam da personalidade de Nelson Mandela. Não ultrapassarei um simples breviário e relanceado. Ainda por cima, falo, na Academia das Ciências de Lisboa, a respeito de Nelson Mandela depois de já o ter feito, de modo elegantemente insuperável, o meu distintíssimo Mestre, o Professor Mário Júlio de Almeida Costa, em ocasião solene.

Senhoras e Senhores,

Tenciono enfileirar um cortejo de rostos virtuosos de Nelson Mandela sem pretender estabelecer entre eles qualquer prioridade ou graduação. O primeiro é Nelson Mandela, o rosto da coragem. Ninguém nasce corajoso. A definição de coragem oferecida por Nelson Mandela revela uma imensa sabedoria. Coragem, segundo ele, é aquilo que escolhemos ser.

Um objectivo último que obrigou a que Nelson Mandela se transformasse num Mestre de um pensado domínio sobre o medo, quando não de um Mestre no disfarce do receio.

É certo que, por vezes, o receio é maior do que o perigo. Mas perante o perigo real ou diante de uma adversidade medonha, a regra inveterada de Nelson Mandela residia em nunca deixar transparecer o mínimo vislumbre de receio. E sempre o conseguiu.

Nelson Mandela foi também o rosto de um pragmatismo inteligente. Tornou-se Mestre de uma racionalidade prática, intencionada praticamente por quem não perdia de vista o seu rumo, mesmo quando aparentemente dele se distanciava.

A significar que mantinha uma constância infrene nos objectivos supremos, ainda que isso o compelisse, consoante o histórico contexto circunstancial, à inconstância de algumas proposições instrumentais ou de certas tomadas de posição intercalares.

Levanta-se assim o véu dos contrastes e das contradições. Foi um arauto da paz e, todavia, foi o primeiro comandante da ala militar do Congresso Nacional Africano (ANC). Em tempos ainda verdes no ANC, começou por se opor à filiação dos que não eram negros. Mais tarde, mudou de entendimento. Também começou por se opor ao ingresso de membros do Partido Comunista e depois inverteu a sua posição.

Mas, na verdade, o espelho mais evidente da plasticidade estratégica residiu na magna questão do uso da violência como instrumento de luta pela liberdade. Como não se ignora, desde a sua formação, em 1912, o ANC tinha feito juras de não violar o princípio de protestar sem violência.

Só que Mandela, perante o recurso amiudado à força, por parte do governo, impacientou-se com a doutrina da não-violência e convenceu-se que apenas um

movimento armado conseguiria derrubar o *Apartheid*. Ou seja, Mandela acreditava no mandamento da não-violência encarado numa óptica realista que o poderia apagar à força de golpes estratégicos, ou de o trazer de novo às luzes da ribalta. Mas sem disparos e estampidos de armas.

E não faltariam outras expressivas ilustrações deste tipo de racionalidade em Mandela. Denunciativa da impaciência que acabámos de salientar foi uma carta de 13 de Fevereiro de 1985 dirigida ao Presidente da República P. W. Botha. Rezava assim:

A natureza pacífica e não violenta da nossa luta nunca conseguiu sensibilizar o governo. Houve pessoas inocentes e indefesas impiedosamente massacradas no decurso de manifestações pacíficas. Recorde-se dos tiroteios de 1 de Maio de 1950 em Joanesburgo e, de 1960, em Sharpeville. Em ambas as ocasiões e em todas as instâncias de brutalidade policial, as vítimas foram homens, mulheres e até crianças todos indefesos. Por essa altura, o ANC ainda nem tinha deliberado sobre a ideia de recorrer à luta armada. Em 1976, era Ministro da Defesa o Senhor, não menos de 600 pessoas, na sua maioria crianças, foram mortas no Soweto.

Senhoras e Senhores,

Na história universal, raros foram aqueles que exibiram um rosto de uma paciência tolerante, ou se se preferir, de uma tolerância paciente. Nelson Mandela foi seguramente um deles.

E aqui julgo que o que cunhou, em definitivo, o seu carácter foi a prisão. Aí permaneceu cerca de vinte e sete anos. De 1962 a 1990. Entrou um homem, saiu outro, senhor de uma mais humana humanidade. Enquanto a maior parte dos homens abandonam as prisões mais rancorosos e amargos, Mandela rasgou os seus humanos horizontes.

A prisão de Robben Island representou para ele a verdadeira Universidade. Para além de debates sobre questões teóricas com outros presos, foi lá que aprendeu a ser realista e a examinar os princípios com os filtros das circunstâncias concretas.

Inclusivamente, transformou-se num provedor de direitos dos presos. Nos momentos adversos, nunca deixou abater o seu ânimo e alentou o ânimo dos outros.

Não poucas vezes, Mandela, graças ao estudo atento das pessoas com quem se ia cruzando, venceu a hostilidade de carcereiros e funcionários da prisão, logrando até captar a sua benevolência quando não simpatia. Em derradeira análise, acabaria por considerá-los do mesmo passo vítimas e carrascos do sistema do *Apartheid*, esse sim fonte da maldade. Como escreveu na sua autobiografia, o opressor e o oprimido são igualmente despojados da sua humanidade (p. 583).

Meticuloso, Mandela preparava-se e estudava os seus interlocutores, mormente no campo político. Preparava-se para o esperado e para o inesperado. Diminuía assim o risco intencionalmente assumido.

Denunciativo disso mesmo foi a atitude arriscadíssima que tomou quando, em 1985, entabulou negociações com o governo, encontrando-se ainda na prisão. Este gesto coenvolvia um desrespeito por todos os princípios preconizados pelo seu movimento e contrariava todas as suas declarações anteriores, enfaticamente proferidas durante décadas. Podia mesmo arriscar o rótulo de traidor.

Mas o certo é que o acto foi preparado de longe. Mandela já se encontrava prisioneiro há vinte e dois anos. Compreendera que o ANC nunca conseguiria demolir o sistema pela luta armada e percebeu que o governo ansiava por uma oportunidade negocial dado o crescimento vertiginoso do movimento contra o *Apartheid*.

Quando Mandela foi levado da prisão para se encontrar com o Presidente da África do Sul, P. W. Botha, há muito que tinha iniciado os seus cautelosos preparativos. Obteve todas as informações que conseguiu acerca da personalidade do Presidente. Ensaiou o seu discurso, reflectiu acerca da sua retórica argumentativa e treinou o seu papel.

Mandela cumprimentou Botha em africânder. Bebeu chá e mostrou largos conhecimentos sobre a história africânder em geral, principalmente sobre a guerra anglo-bóer. O fito de Mandela era estabelecer um elo entre a revolta dos africânderes contra a Inglaterra e a luta do ANC contra o *Apartheid* e acentuou que naquela luta houve uma onda de libertação de presos. O Presidente Botha ficou satisfeito e acabou por libertar a figura cimeira de Walter Sisulu. Mandela sabia que os africânderes apreciavam a frontalidade e a correcção dos outros. E a delicadeza, a correcção, a transparência e a frontalidade foram os atributos persuasivos de Mandela. Venceram o gelo e a desconfiança.

Senhoras e Senhores,

Se os mortos esperam de nós outras coisas que não preces, é que deles se diga a verdade.

Nelson Mandela mostrava, de um outro ângulo, um rosto de uma firmeza tenaz ou de uma tenacidade firme. Dizia firmemente não em tais circunstâncias que outros diriam sim e repelia sempre o talvez. Era um homem de cume sincero e não um homem de meia encosta.

Mas a tenacidade trouxe o seu preço e não o escondeu. E esse preço mais tocante foram as turbulências familiares que experimentou. Os seus primeiros casamentos não resistiram.

Ainda estudante de Direito, o seu amigo Walter Sisulu apresentou-o a uma prima que primava por uma simplicidade discreta. Chamava-se Evelyn Mase. Mandela e Evelyn casaram-se e rapidamente tiveram quatro filhos. Todavia, os estudos, as cansaças políticas e a desgastante luta pela liberdade tornavam Mandela um marido distante e o casamento acabou em divórcio.

De viva voz, um dos cronistas de Mandela ouviu-o dizer que é “possível amar uma mulher à primeira vista, mas é preciso um ano ou mais para perceber que é mesmo amor”.

Atingido por um raio de luz, Mandela casou-se, em segundas núpcias, com Winnie Madikizela, em 1958. Apesar da admiração por Winnie que nunca rejeitou, o casamento não aguentou a clandestinidade somada à separação forçada pela prisão de 27 anos. Quando Mandela saiu do cárcere, o casamento não se conseguiu reatar em pleno.

O sacrifício dos próximos integrava a pauta moral de Nelson Mandela em nome de valores superiores. Quando, um dia, o seu primeiro filho lhe perguntou por que motivo nunca passava a noite em casa com a família, Mandela retorquira, de modo implacável, que havia milhões de crianças que precisavam dele. Uma resposta absolutamente esmagadora. Mandela, porém, não deixava de se consumir por uma enorme mágoa interior. Como sinceramente confessou numa carta da prisão escrita em 17 de Fevereiro de 1986 e dirigida a uma amiga Joy Motsiela,

A morte dos entes queridos e dos amigos íntimos, aos quais estamos ligados por inúmeros laços, alguns dos quais remontam a várias

décadas, e a ampla variedade de problemas aos quais a família será exposta na nossa ausência são desgraças pessoais difíceis de suportar e que, na maioria dos casos, nos fazem reflectir se com esse género de vida devíamos constituir uma família, criar filhos e travar sólidas relações de amizade.

Senhoras e Senhores,

Se mais tempo houvera, mais diria. Deste miradouro retrospectivo, talvez por inclinação pessoal, gostaria de deixar algumas observações acerca do papel do desporto na trajectória de Nelson Mandela.

Enquanto praticante desportivo, Mandela foi aquilo que veio a ser na vida pública. Disciplinado, intemorato e paciente. Já nem encarecerei muito o facto de se ter tornado um exímio jogador e campeão de Damas na prisão de Robben Island, exasperando os opositores com a demora nas jogadas para equacionar todas as possibilidades.

Ainda mais interessante me parece o facto de Mandela, na década de cinquenta, envergar a veste de advogado durante o dia e à noite se transformar em pugilista amador. Aí aprendeu a defender-se sozinho, a conhecer o adversário e a identificar as suas fraquezas.

Acode-me à lembrança um outro exemplo. O da vedeta mundial da arquitectura, o japonês Tadao Andō. Ele que foi boxeur profissional para amparar a sua avó. Sublinhou, frontalmente, que, uma vez no ringue, não podia escapar ao combate naquele quadrado fechado. No momento actual, diz ele, estou num projecto como sobre um ringue.

E, de outro ângulo, há também o Mandela que jogava com o desporto como arma política. Assim sucedeu com a habilíssima lição do aproveitamento do rãguebi. Era evidente que o rãguebi constituía o desporto nacional dos africânderes. Fonte de orgulho pelas qualidades individuais, físicas e psicológicas, que exigia aos seus praticantes de eleição, virou uma espécie de religião.

A selecção nacional de rãguebi da África do Sul, uma das mais poderosas do mundo, era verdadeiramente adorada. Os temíveis Springboks habitavam um terreno coutado, do qual os negros estavam excluídos. O ANC odiava os Springboks e tudo fez

para que a selecção de rúgubi da África do Sul fosse banida das competições internacionais.

Mandela, com rara sabedoria, na altura crítica da efervescência em 1994-1995, valeu-se do rúgubi para pacificar o País. Conquistou a simpatia e a admiração do formidável capitão dos Springboks, François Pienaar.

O certo é que Mandela muito contribuiu, com a sua intercessão nas instâncias internacionais, para que o campeonato do mundo de rúgubi se realizasse na África do Sul. Depois de várias visitas à equipa, em Maio de 1995, Mandela deslocou-se de avião, na véspera de os Springboks defrontarem o campeão em título e seu grande rival, a Austrália, para conversar directamente com os atletas.

E aí, sem rodeios, asseverou aos jogadores que, representando eles o País, podiam estar seguros do apoio de todos os sul-africanos, quer brancos, quer negros.

No seu mais vistoso gesto de reconciliação patriótica, Mandela assistiu à final do campeonato, realizada em Maio de 1995, no Ellis Park Stadium de Joanesburgo, apresentando-se equipado com a camisola e o boné dos Springboks. E a assistência entoou, em uníssono, o seu nome. Foi uma das associações mais nobres e mais fecundas do desporto com a política em nome da paz.

Senhor Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa,

Senhora Secretária-Geral da Academia das Ciências,

Senhora Embaixadora da Argélia,

Senhora Embaixadora da África do Sul,

Eminentes Confrades,

Ilustres Convidados,

Senhores Doutores,

Senhoras e Senhores,

Vou dar um polido retoque ao quadro que esbocei de Nelson Mandela.

Há uma rara estirpe de homens, como Nelson Mandela, que já viveram e vivem ainda. Outros vivem ainda e, sem disso darem conta, já morreram. Estão condenados a uma densa névoa que os atira para bem longe, precipitando-os numa descida, por escarpas cada vez mais inclinadas, em direcção à assustadora gruta do esquecimento.

Mandela foi preso ao atravessar a fronteira do Botswana para a África do Sul. Depois de um arrastado julgamento, viu-se condenado a prisão perpétua. A fronteira entre o mal e o bem, porém, não passa fora de nós, mas dentro de nós. Mesmo sabendo que sobre ele impendia a possibilidade de uma pena capital, Mandela não vacilou na longa alegação final que ousou pronunciar. E rematou-a com as seguintes palavras carregadas de dignidade.

Dediquei toda a minha vida à luta do povo africano. Lutei contra o domínio dos brancos, tal como lutei contra o domínio dos negros. Sempre defendi o ideal de uma sociedade democrática e livre, em que todas as pessoas vivem juntas e dispõem das mesmas oportunidades. É por esse ideal que espero viver, para um dia o concretizar. Mas, se tal for necessário, é um ideal pelo qual estou preparado para morrer.

Palavras digníssimas. Foi com esta superlativa dignidade que Nelson Mandela ganhou as asas do tempo, que transportarão o seu nome em homenagens sem fim. A grandeza da vida de um Homem consiste em gastá-la por alguma coisa que dure mais que ela própria. Eis a lição perene de Nelson Mandela que todos hoje veneramos na venerável Academia das Ciências de Lisboa.

**NELSON MANDELA: ABRINDO CAMINHO PARA
UMA NOVA ÁFRICA**
Manuel Porto

1. É um privilégio enorme ter a possibilidade de participar nesta sessão da Academia das Ciências de Lisboa, lembrando uma das maiores personalidades do século XX.

Trata-se de tarefa bem difícil, não podendo as minhas modestas palavras exprimir em toda a dimensão a sua enorme grandeza, muito longe disso; e ficando mal no cotejo com o brilho de quem tem falado e vai falar sobre Nelson Mandela, designadamente nesta casa, já numa sessão que teve lugar há dez anos, e hoje, na sessão que está a decorrer.

Nas intervenções feitas ficou já bem sublinhada a superioridade moral de um homem que, na defesa de condições de igualdade entre os homens, sofreu as agruras de uma perseguição que se traduziu designadamente em 27 anos de uma violenta prisão; não tendo todavia guardado ressentimentos, ficando para a história a visita que, depois de libertado, fez ao seu carcereiro.

Tendo sido designadamente bem sublinhado o valor do seu testemunho de vida, nesta minha intervenção vou procurar lembrar alguns contributos de Mandela sobre os caminhos a seguir, face aos desafios do presente e do futuro; em particular desafios ao seu país e ao continente africano.

2. Trata-se de contributos que é muito importante ter presentes no século XXI, quando o continente africano não pode deixar de merecer uma atenção muito particular: estando aqui grande parte dos países mais pobres do mundo (29 dos 36 países mais pobres), num continente em que é impressionante a previsão de aumento da população nas próximas décadas, sem paralelo em nenhum outro continente; sendo por isso indispensável que com todo o realismo comessem a ser seguidas e venham a ser seguidas políticas corretas.

Olhando para os números, constata-se que tem havido uma duplicação da população em cada 25 anos. Tendo agora 1.200 milhões de habitantes (quando o mundo tem 7.300 milhões), prevê-se que tenha em 2050 2.500 milhões e em 2100 4.400 milhões.

Assim acontecerá quando a população da Europa estará a diminuir, de 700 milhões agora para 640 milhões em 2100, com a América Latina a passar de 600 milhões para 700 milhões entre os mesmos anos, a América do Norte a passar de 300 para 500 milhões e a Ásia de 4.400 para 4.800 milhões (cfr. Comissão Europeia, 2017, pp.11-3).

Constata-se pois que em 2100 a população da Ásia, hoje claramente a mais numerosa, não estará muito acima da que é estimada para a África, que passará a representar cerca de 40% da população mundial, que se prevê que será então de 11.200 milhões de habitantes.

E tal acontecerá num quadro em que o crescimento económico de muitos países africanos está bem longe dos crescimentos ocorridos em outros espaços do mundo, designadamente na Ásia, com a China e a Índia a ter desde há décadas crescimentos muito sensíveis (com a Índia a ter em 2018 um crescimento mesmo maior, de 7,4 %, quando a China cresceu 6,6 %), com a previsão de que tenham em 2040 45,7 % do PIB mundial. Mesmo com a crise atual, em 2020, quando se verificam crescimentos negativos nos países mais ricos do Ocidente, nos Estados Unidos e na Europa, depois de alguma quebra esses dois países asiáticos estão a ter já algum crescimento, verificando-se por isso uma aproximação mais rápida dessas economias às economias mais ricas do mundo.

Está pois em causa um enorme desafio para a África, o desafio de se seguirem políticas corretas e eficazes de desenvolvimento; um desafio que aliás muito interessa também a outras áreas do mundo, para que não haja não desejados fluxos imigratórios, com as dimensões e as concentrações geográficas em que estão a verificar-se em alguns casos, e tendo os países mais desenvolvidos o benefício de se ampliarem dessa forma oportunidades de mercado para as suas exportações.

Trata-se de desafio a que são obviamente chamados todos os 54 países do continente africano, do Cairo ao Cabo, mas onde, sem estar em causa o enorme relevo dos demais (como é o caso dos países lusófonos!), a África do Sul, com as suas potencialidades, justifica uma atenção própria, no seu interesse e no interesse do conjunto africano.

E assim acontece, julgo que é bem correto dizê-lo, devido ao caminho de abertura que ficamos a dever a Nelson Mandela, com implicações e um reconhecimento que de outra forma não teriam tido de forma alguma o mesmo relevo.

Estou a lembrar-me, a este propósito (sendo um caso concreto mas relevante), da inclusão da África do Sul na prestigiosa e “promotora” categoria dos BRICS, algo não pensável sem o processo de abertura que ficou a dever-se a Mandela. Trata-se de inclusão não verificada na primeira escolha de Jim O’Neil, feita em 2001, no seu livro *Building Better Global Economic BRIC’s*, tendo sido então escolhidos, como é bem conhecido, o Brasil, a Rússia, a Índia e a China, e com a África do Sul a não ser incluída dada sua menor dimensão face aos demais. Mas foi já incluída no livro de 2011 (*The Growth Map: Economic opportunity in the BRIC’s and beyond*), como quinto BRICS (com o S do final, um S em letra maiúscula, a ser, não a designação do plural em relação aos quatro já considerados, por isso um s em letra minúscula, mas a primeira letra de South Africa).

A inclusão da prestigiada África do Sul nos BRICS, num processo de afirmação do país em que não pode desconhecer-se, pois o relevo de Mandela constitui, sem dúvida a par de muitos outros fatores, um fator de promoção de África que todos os demais países julgarão também como desejável. A partir deste momento, a par de países da América, da Europa de Leste e da Ásia, passa a estar neste grupo, que tem tido tanta promoção, também um país do continente africano.

A “distinção” dos atuais cinco BRICS não põe naturalmente em causa o reconhecimento de outros casos de sucesso (ver por exemplo Parag Khanna, 2009, ao escrever sobre *O Segundo Mundo. Como as Potências Emergentes estão a Redefinir a Concorrência Global no Século XXI*); com as perspetivas favoráveis da África a ser sublinhadas numa rica literatura que tem vindo a lume, podendo lembrar-se, também apenas a título de exemplo e com títulos bem significativos, o livro de Vijay Mahajan, *Africa Rising. How 900 Million African Consumers offer more than you think* (2011/13) e o livro de Duncan Clarke, *Africa’s Future. Darkness to Destiny...* (2013) (ver também Gordon e Gordon, 2013 e recentemente entre nós Roque, 2019).

É neste quadro que tem de ser considerado o papel da África do Sul, em particular com os caminhos que vieram na sequência da palavra e da ação de Nelson Mandela.

3. E aqui, por razões de diferentes naturezas, designadamente por razões éticas, é de dar um relevo primordial ao contributo decisivo que deu para que houvesse neste país uma sociedade em que todos os cidadãos estejam devidamente integrados e participantes no processo em curso, independentemente de qualquer diferença étnica ou de outra natureza.

Palavras de Mandela proferidas em 1964⁴ não podiam ter sido mais expressivas: “Lutei contra a dominação branca, e lutei contra a dominação negra”; acrescentando que

prezei muito o ideal de uma sociedade livre e democrática, em que as pessoas vivam juntas em harmonia e oportunidades iguais. É um ideal para o qual espero viver e tenho esperanças de realizar. Mas, se preciso for, é um ideal pelo qual estou preparado para morrer (p. 236).

De um modo mais concretizado, sublinhou noutra ocasião, em 1978⁵ que

é verdade que a revolução da África do Sul só será vitoriosa se os africanos assumirem a liderança e as massas africanas estiverem totalmente mobilizadas. Mas a verdadeira história da nossa luta mostra que a luta contra a opressão racial não é monopólio do homem negro (p. 238).

É depois ainda bem expressivo em 1992 sublinhando⁶, para afastar dúvidas, que

‘África para os africanos’ não teve uma conotação racial... Não significou que os brancos que se tinham instalado em África tinham de ser expulsos, não. Significou que o sistema colonial tinha de acabar (p. 23).

Mostra assim a sua grandeza, não aceitando que ao domínio de uma força étnica se substituísse o domínio de outra força étnica (à qual pertencia...). Não o aceitava por uma questão de princípio, num mundo de igualdade entre os homens. Mas assim deverá acontecer numa sociedade em que faz falta o contributo de todos, com as suas competências, sendo um “empobrecimento” inaceitável não aproveitar o contributo valioso de pessoas de uma etnia entretanto afastada do poder.

⁴ No banco dos réus aquando do Julgamento de Rivonia, no Palácio de Justiça de Pretória, no dia 20 de abril desse ano (a generalidade das referências que vamos fazer a seguir, sem a menção de outra fonte, são de Nelson R. Mandela e The Nelson Mandela Foundation, *As Palavras de Nelson Mandela*, 2012; com a menção de se tratar da “única recolha autorizada das citações mais inspiradoras e relevantes de Nelson Mandela”).

⁵ Num ensaio intitulado “Whither the black consciousness movement”, escrito na prisão de Robben Island.

⁶ Numa conversa com Richard Stengler, no dia 21 de dezembro.

Põe-se também nestes dois planos, no plano ético e no plano do desenvolvimento do país, o relevo dado por Nelson Mandela à formação das pessoas, com uma educação generalizada e aprofundada: propósito que foi sublinhando ao longo da sua vida.

Já em 1953 é bem claro afirmando⁷ a sua

firme convicção nos princípios enunciados na Declaração Universal dos Direitos Humanos de que todos têm direito à educação: que a educação será dirigida ao completo desenvolvimento da personalidade humana e ao fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais (p. 158).

Tendo sublinhado em vários passos da sua vida o relevo que importa dar à educação como forma básica de realização das pessoas, é bem curioso um apelo feito em 1990⁸: “Se há um apelo que eu faça, é que os jovens chamem a si assegurar que recebem a melhor educação possível para que nos possam representar bem no futuro, enquanto futuros líderes” (p. 159).

E é também expressiva a afirmação sua de que “a educação é a ferramenta mais poderosa que podemos usar para mudar o mundo” (cfr. Mateus, 2014, p. 259).

4. É por seu turno muito interessante ter em conta, evidenciando mais uma vez, se necessário fora, a grandeza e a abertura de Nelson Mandela, as posições que foi tomando em relação ao modelo político e socioeconómico a seguir no seu país.

Em relação ao Partido Comunista, é muito claro o reconhecimento pelo apoio proporcionado: afirmando, em 1990⁹, que “a aliança com o Partido Comunista existiu desde os princípios dos anos vinte e é muito simples: quando se tem um inimigo comum, procuram-se aliados” (p. 109).

Mas no mesmo ano, de 1990, e num outro contexto¹⁰, depois de afirmar que “o ANC não é um partido comunista”, acrescenta que

⁷ Num discurso ao Congresso do ANC do Transvaal, discurso referenciado como “No easy walk to freedom”, pronunciado no dia 21 de setembro.

⁸ Num documentário intitulado “Mandela in America”.

⁹ Numa conversa em casa, no Soweto, no dia 14 de fevereiro.

¹⁰ No comício de relançamento do Partido Comunista da África do Sul, no dia 29 de julho.

enquanto defensor da democracia, lutou e continuará a lutar pelo direito do Partido Comunista à existência. Enquanto movimento de libertação nacional, o ANC não tem mandato para adotar uma ideologia marxista. Mas, enquanto movimento democrático, enquanto parlamento do povo do nosso país, o ANC tem defendido o direito de qualquer sul-africano de aderir à ideologia marxista, se for esse o seu desejo (p.109).

E é de dar um especial relevo a esta posição face à experiência, verificada em África e em outros continentes, de partidos comunistas que, tendo chegado ao poder, não admitirem outros partidos nem outros direitos democráticos.

É por seu turno muito interessante a evolução verificada em Nelson Mandela em relação à participação da sociedade civil na economia, em particular em relação às nacionalizações: com alguma mudança de opinião tendo em conta a realidade que foi observando.

Curiosamente, começa por considerar as nacionalizações como uma necessidade para se ir buscar dinheiro, perguntando em 1990¹¹, “onde iremos buscar o capital para o desenvolvimento, para melhorar as condições de vida do povo, se não nacionalizarmos?” (p.45).

Mas acrescenta que “não decidimos nacionalizar toda a economia do país; a economia deste país vai ficar exatamente na mesma, exceto nos setores que mencionámos, como as minas, as instituições financeiras e as indústrias monopolistas, mais nada” (p.46).

E numa intervenção nesse mesmo ano (1990)¹² sublinha que “é errada a opinião de que as únicas palavras do vocabulário económico conhecidas do ANC são nacionalizações e redistribuição. Há muitos problemas que teremos de considerar quando discutirmos a questão da democratização e a eliminação do racismo no poder económico”, não “tendo pois o ANC posições ideológicas que ditem que se deva adotar uma política de nacionalizações” (pp.46-7).

Compreende-se que em tal posição devesse ter-se presente o quadro de abertura em que a África do Sul não pode deixar de atuar; não podendo ser mais claro com a afirmação, em 1993¹³, de que “o importante é compreendermos que não nos vai ser

¹¹ Na já referida conversa em casa, no dia 14 de fevereiro, no Soweto.

¹² Numa conferência organizada pelo Consultative Business Movement sobre “Options for building an economic future”.

¹³ Numa entrevista à BBC.

possível atrair investimento estrangeiro, nem do próprio país, se houver perigo de confisco das propriedades das pessoas”; sendo “agora claríssimo que, no mundo inteiro, a nacionalização não é uma palavra popular”...(p.47).

A abertura de espírito de Mandela a estes propósitos, não ficando agarrado a ideias feitas, pelo contrário, evoluindo no modo de ver as coisas face às realidades que foi observando, está depois bem expressada num texto seu de 2003. Tendo recordado, ainda em 1993¹⁴, que “na África do Sul havia já uma reação de fúria à afirmação que fiz da prisão, em que disse que a nacionalização fazia parte da nossa política”, numa comunicação de 2003¹⁵ refere o percurso que foi percorrendo: “Quando fui libertado, anunciei a minha fé na nacionalização enquanto pedra angular da nossa política económica”. Mas “à medida que viajei pelo mundo e ouvi os maiores empresários e economistas sobre a forma de desenvolver uma economia, fui persuadido e fiquei convencido com o mercado livre. A questão é como harmonizar essas exigências do mercado livre com os candentes problemas sociais do mundo” (p.47).

6. Uma outra área em que é de sublinhar o relevo de Nelson Mandela, também aqui na palavra e na ação, é em relação ao papel da África, temática com um relevo acrescido no mundo globalizado em que vamos viver no século XXI, com os números referidos atrás.

É aliás interessante recordar o modo como África o marcou em 1962, imediatamente antes dos anos de opressão a que foi sujeito, com um “périplo do Continente” a causar-lhe “uma poderosa impressão”:

Pela primeira vez na minha vida fui um homem livre: livre da opressão branca, da idiotia do apartheid e da arrogância racial, da perseguição policial, da humilhação e da indignidade. Em toda a parte fui tratado como um ser humano (p. 22).

Face aos desafios que se levantam, num continente caracterizado pela escassez impressionante de relações económicas e de outras naturezas entre os países membros (são quase todas com países de outros continentes, só cerca de 10% do comércio é com

¹⁴ Numa conversa com Richard Stengel, no dia 22 de abril.

¹⁵ No “Milton S. Eisenhower Symposium” que teve lugar na Johns Hopkins University no dia 12 de novembro.

outros países de África: cfr. Porto, 2017, p. 563¹⁶), já em 1977 Nelson Mandela definiu com clareza uma visão estratégica para a transformação de África no contexto da globalização. Nas suas palavras, “num período de grande interdependência de nações e de crescente importância dos blocos regionais na economia global, nenhuma nação de África poderá prosperar isolada dos seus vizinhos”; precisando “(i) de uma abordagem regional comum para enfrentarmos os desafios do desenvolvimento; e (ii) de uma voz coletiva para sermos ouvidos e respeitados nos fóruns económicos mundiais” (cfr. Roque, 2019, p. 133; e ver já Trindade, 2006).

Mas neste contexto é especialmente expressivo o modo como, em 1992, julga dever verificar-se uma maior aproximação africana, com um grande realismo, face à diversidade das realidades existentes:

‘Unidade, sabe, desde o Cabo até ao Cairo’, que foi – sempre foi – um sonho, e desde Marrocos a Madagáscar. Quando queriam dizer um governo, eu rejeitei isso desde o início. Quando falavam de uma organização pan-africana que pudesse coordenar os esforços de diferentes governos — isso eu apoiei. Mas, o conceito de um governo único, achei ridículo (p. 23).

Neste quadro é depois curioso o que diz em 1995, numa frase de especial encanto (sendo aliás de ter em conta que há em África vários movimentos de integração regional, com alguns países a fazer parte de mais do que um desses espaços...¹⁷):

Tal como a árvore só floresce com cuidados e atenção, também os nossos países e a nossa região irão florescer e crescer, de capacidade em capacidade, se nos preocuparmos e trabalharmos muito. À medida que esta árvore se dirige ao céu, que ela nos encoraje sempre a visar cada vez mais alto, ao enfrentar novos desafios que se nos deparam. À medida que os seus ramos se alargam, possa a cooperação entre nós alargar-se e abarcar toda a nossa região e o nosso continente de África (p.24).

E no ano seguinte (1996) faz uma afirmação de confiança em África que não pode deixar de ser motivadora, mesmo para quem não é deste continente:

O povo do Continente está ansioso e determinado em situar-se entre os melhores em todas as áreas de atividade. Tem razão em escarnecer qualquer sugestão de que deve ser julgado por padrões mais baixos,

¹⁶ Referindo Cunha (2019, p. 1153) acordos que desejavelmente têm vindo a ser celebrados entre blocos regionais de África e a União Europeia.

¹⁷ Ver por exemplo Trindade (2006, pp. 33-65) e Porto (2017, pp.561-2)

como se fosse sub-humano. Merece e luta por uma condição que possa ser considerada uma vida melhor: na condução da política, nas liberdades de que desfruta, nas condições sociais em que vive, no ambiente em que habita (p.24).

Assim deverá acontecer na concretização do que afirma serem dois “sonhos” seus: sonhar “com uma África em paz consigo mesma” e sonhar “com a concretização da unidade de África onde os seus líderes combinem esforços para resolver os problemas do continente” (cfr. Mateus, 2014, p.256).

7. Estamos a lembrar, pois, uma pessoa que não se limitará a ficar na história, estando bem presente nos caminhos a seguir no século que estamos agora a percorrer.

Nunca poderá ser esquecido, como se sublinhou no início, o testemunho que deu durante mais de duas dezenas e meia de anos de cárcere, testemunho que foi bem importante para que no seu país se saísse de uma situação insustentável, contribuindo aliás assim para que situações da mesma índole deixassem de verificar-se ou não tenham chegado a verificar-se em outros países.

Mas a par disso vale a pena sublinhar o modo como, pela sua palavra e pela sua ação política, foi apontando para caminhos corretos a seguir, no aprofundamento de procedimentos democráticos e de máximo aproveitamento das potencialidades da economia, com o indispensável e enriquecedor contributo dos cidadãos, mais estreitamente ligados assim ao processo social.

E como procurámos sublinhar é de ter bem presente ainda, a par naturalmente de muitos outros contributos, a sua preocupação pelo processo de desenvolvimento de África.

Não estando em causa o contributo indispensável de cada país, designadamente da África do Sul, um dos atores principais do continente africano, Nelson Mandela é bem expressivo chamando a atenção para a necessidade de congregação de esforços neste continente, articulada aliás com uma indispensável estreita ligação entre todos os espaços do mundo.

E não pode deixar de impressionar a confiança expressada no futuro do seu continente, motivadora para todos os que, a qualquer título, são chamados a participar num processo de desenvolvimento.

É pois um homem raro, mesmo único, o homem que estamos aqui a lembrar!

Bibliografia:

Clarke, Duncan, *Africa's Future. Darkness to Destiny. How the past is shaping Africa's economic evolution*, Profile Books, Londres, 2013

Comissão Europeia, *Documento de Reflexão Controlar a Globalização*, COM (2017) 240 final, de 10.5.2017

Cunha, Luís Pedro, *A União Europeia e os Acordos de Integração Regional. Conceitos, Problemas e Situação Atual*, em *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol.XCV, Tomo II, 2019, pp. 1131-60

Gordon, April A. e Gordon, Donald L. (ed.), *Understanding Contemporary Africa*, 5ª ed., Lynne Rienner Publishers, Boulder (Colorado) e Londres, 2013

Khanna, Parag, *O Segundo Mundo. Como as Potências Emergentes estão a Redefinir a Concorrência Global no Século XX*, Editorial Presença, Lisboa, 2009

Mahajan, Vijay, *O Despertar da África. 900 Milhões de Consumidores Africanos têm mais para dar do que se julga* (ed.port.; ed. original de 2011), Actual/Grupo Almedina, Coimbra, 2013

Mandela, Nelson, *Autobiografia de Nelson Mandela, um Longo Caminho para a Liberdade* (trad. port., no original *Long Walk to Freedom*), 5.ª ed., Planeta, Lisboa, 2016

Mateus, António, *Mandela, a Construção de um Homem* (Prefácio de António Vitorino e Posfácio de Graça Machel), 7.ª ed. atualizada, Oficina do Livro, Alfragide, 2010

Nelson Mandela e The Nelson Mandela Foundation, "As Palavras de Nelson Mandela" (ed. port.), Objetiva, Carnaxide, 2012

O'Neil, Jim, *Building Better Global Economic BRIC's*, Goldman Sachs Global Economics, Paper n. 66, Novembro de 2001

O'Neil, Jim, *The Growth Map: Economic opportunity in the BRIC's and beyond*, Penguin, Londres, 2011

Porto, Manuel, *Teoria da Integração e Políticas da União Europeia: Face aos Desafios da Globalização*, 5.ª ed., Almedina, Coimbra, 2017

Roque, Fátima Moura, *Uma Década de África. Um continente e os seus desafios actuais e futuros*, Texto, Lisboa, 2019

Trindade, Augusto José Pereira, *Desenvolvimento Económico, Integração Regional e Ajuda Externa em África*, Instituto Superior e Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, 2006

MANDELA: A LIBERDADE E O PERDÃO

Anselmo Borges

Em mais uma homenagem da Academia das Ciências a Nelson Mandela, no passado dia 20 de Novembro de 20018, também participei com uma comunicação, de que fica aí o essencial.

1. Há uma experiência de fundo: o ser humano não é objecto, coisa. Olhamos para as coisas como um “isso”, mas olhamos para os seres humanos como um “alguém”. Alguém que é um “tu” como eu e, ao mesmo tempo, um tu que não sou eu: outro eu e um eu outro, formando um “nós”. O outro, no seu rosto e olhar, impõe-se-me como um “alguém corporal”, a visibilidade de uma interioridade inacessível que se mostra e impõe.

A experiência radical de não se ser coisa dá-se na consciência da liberdade. Cada um, cada uma, faz a experiência originária de ser dado, dada, a si mesmo, a si mesma, experiência que se explicita na consciência de autoposse. Somos senhores e donos de nós. Muito cedo, a criança é capaz de dizer ao pai ou à mãe: não és minha dona, meu dono. Pertencço, antes de mais, a mim próprio, a mim própria.

Claro que a liberdade não é demonstrável. Aliás, se o fosse, não seria liberdade, mas coisa. A liberdade apresenta-se nesta experiência de autoposse e, conseqüentemente, na experiência de responsabilidade: respondo por mim e pelo que faço. Dada a neotenia — vimos ao mundo por fazer —, temos pela frente a tarefa essencial, constitutiva: fazermo-nos a nós mesmos, uns com os outros, no mundo. Poder-se-ia acrescentar que a experiência da liberdade é uma experiência transcendental: a liberdade afirma-se, mesmo na sua negação. De facto, se tudo estivesse sob o determinismo, não seria possível colocar a questão da liberdade e do determinismo enquanto tal.

A liberdade é o fundamento da dignidade humana. Perante alguém livre, impõe-se o respeito (de *respicere*: ver e ser visto no mútuo reconhecimento). Cá está: o ser humano não é coisa, não é meio; por isso, não tem preço, reflectiu Kant. Embora a liberdade humana seja finita e sempre em situação, a pessoa pertence ao reino dos fins. A dignidade co-implica direitos fundamentais, que se impõe reconhecer: não se trata de concedê-los, mas de reconhecê-los.

Uma vez que o ser humano se tem de fazer a si mesmo — fazendo tudo o que faz, está a fazer-se a si próprio, de tal modo que o resultado pode ser uma obra de arte ou um monstro —, está sempre sob a sua responsabilidade última. Daqui deriva a angústia que sempre nos acompanha. De tal modo que, como bem viu Dostoievsky, na lenda do Grande Inquisidor, em *Os Irmãos Karamazov*, há uma dialéctica fundamental entre a liberdade e a segurança, estando muitos — a maior parte? — na disposição de entregar o fardo da liberdade a quem queira ficar com ele, aproveitando-se disso. Entre a liberdade e a segurança, muitos preferem a segurança: a segurança da norma, do não risco, do não ousar.

Em síntese, a liberdade significa autoposse, de tal modo que cada um, cada uma, pode e tem de tomar decisões no quadro da realização-de-si-no-mundo-com-os-outros. A liberdade, mesmo se condicionada e em situação, implica, portanto, não sujeição total aos determinismos físicos, genéticos, psicológicos ou socioculturais. De facto, depois de todos os condicionamentos físicos, genéticos, culturais, ainda podemos perguntar: o que vou eu fazer de mim com tudo isso? Também não é liberdade a pura espontaneidade ou a arbitrariedade — não é liberdade, por exemplo, fazer pura e simplesmente o que apetece: paradoxalmente, isso é necessidade —, pois o que a “define” é a auto-determinação segundo razões, a tomada de decisões racionais, tendo por critério último a plena realização humana de todos os seres humanos. Assim, a liberdade é ao mesmo tempo *liberdade de* — liberdade de determinismos e constrangimentos que impedem a sua realização — e *liberdade para* — liberdade para a realização de valores nos vários níveis, a começar pelo reconhecimento da liberdade dos outros, pois a liberdade verdadeira quer liberdades. A liberdade não se limita à experiência da sua realidade transcendental e interior, pois exige condições de possibilidade da sua realização concreta nos diferentes domínios: condições económicas, culturais, políticas...

2. Estive várias vezes na África do Sul, ainda no tempo do *apartheid*, da segregação racial. Ainda vi escrita, por exemplo, em bancos de jardim, ou indicação de praia, nas carruagens dos comboios, a ordem: “*Whites only*” (só para brancos). Se pude visitar o Soweto, foi porque o afável bispo católico de Joanesburgo, que não era racista, pediu ao pároco negro que me acompanhasse. E fui bem recebido. Mas a segregação estava sempre presente: nasciam em hospitais para negros, viviam em bairros exclusivamente de negros, iam à escola só para negros, levavam-nos a casa em autocarros exclusivamente para negros...

Muitas vezes me perguntei como é que aquela ignomínia iria acabar. Seria possível, sem um banho de sangue? Porque, ali, era o intolerável. A pessoa era ferida no mais profundo do seu ser: na sua in-finita dignidade de ser livre e auto-determinar-se.

Foi possível. Pacificamente, abriu-se o caminho para negociações em ordem à democracia no quadro da coexistência racial e do diálogo. Isso deveu-se certamente também à inteligência política e humana do presidente De Klerk, no novo contexto político e geoestratégico criado pela queda do muro de Berlim. Mas, para evitar a tragédia, o espírito e a acção de Mandela foram determinantes.

3. Está tudo na sua autobiografia: *Long Walk to Freedom*. Mandela não teve nenhuma “iluminação” ou “aparição”, mas a acumulação de ofensas, de indignidades, despertou nele “ira e rebeldia” e o desejo de combater o sistema que oprimia o seu povo. “Não houve um dia concreto em que dissesse: a partir de agora dedicarei as minhas energias à libertação do meu povo, dei por mim a fazê-lo simplesmente e não podia agir de outro modo.”

Objectivo da luta? Como se dizia na “Constituição pela Liberdade”, abolição da discriminação racial e a igualdade de direitos para todos. Era preciso destruir o *apartheid*, “a própria encarnação da injustiça”. Acabou “convertido, por lei, num criminoso”, mas não tinha a menor dúvida de que a posteridade reivindicaria a sua inocência.

Nestas situações, é legítima a violência até à luta armada? Os teólogos têm colocado a questão da guerra justa e a licitude do derrube do governo tirânico. Mandela confessava-se um homem não violento e explicava que não dependia dos negros renunciar à violência, mas do Governo; o seu propósito era atacar objectivos militares, não as pessoas. Apenas procurava a igualdade política e o princípio de “uma pessoa, um voto”, num Estado unitário sem *homelands*.

Depois de 27 anos de cárcere, Mandela viu finalmente a liberdade. E o “milagre” aconteceu. Quis despedir-se dos guardas, agradecendo-lhes “as suas atenções um a um”. Fora-se convencendo de que, afinal, mesmo aqueles que o tinham mantido na prisão durante vinte e sete anos e meio “eram essencialmente humanos”. Mandela confessava-se convictamente cristão. Esta sua condição terá sido decisiva para evitar o ódio e o ressentimento — as “paixões tristes”, como escreveu Espinosa. “Queria que toda a África do Sul visse que amava os meus inimigos, embora odiasse o sistema que nos

tinha enfrentado.” Manteve a liberdade maior: o domínio de si. Afinal, tudo está naquele gesto de apertar a mão aos carcereiros e convidá-los para o banquete de inauguração da nova presidência da “nação arco-íris”.

Mandela percebera que os seus carcereiros eram seres humanos habitados pelo medo. Ora, o medo é do pior que há. O medo tolhe a razão e a capacidade de pensar. É preciso ter medo de quem tem medo, de tal modo que a primeira libertação tem de ser a libertação do medo. Também e sobretudo no universo da religião. Aterrados pelo medo de Deus, homens e mulheres que se julgam religiosos caminham fatalmente para desgraças tenebrosas. Por isso, a Bíblia é atravessada pela compreensão histórica lenta, que culmina em Jesus, através da sua experiência, palavras e acções, de que a única tentativa de “definir” Deus é (está em São João): *Ho theós agapê estín* (Deus é amor incondicional, Deus é Força infinita de criar e só sabe amar).

Como era cristão, Mandela sabia que se deve perdoar aos inimigos. Pelo Evangelho, também sabia que os romanos enquanto potência de ocupação podiam obrigar um judeu a transportar a bagagem na distância de uma milha, sendo neste contexto que se percebe o que Jesus diz: “Faz uma segunda milha de livre vontade.” Talvez o romano começasse a conversar, e quem sabe se não acabariam por beber um copo juntos? A reconciliação, a solução pacífica dos conflitos é preferível à violência e à guerra. E Jesus, do alto da cruz, rezou: “Pai, perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem.”

De qualquer modo, o perdão é um milagre, também em política. Jürgen Habermas, agnóstico, talvez o maior filósofo vivo e o mais influente, que queria uma filosofia que herdasse, num processo de secularização mediante a razão comunicativa, os conteúdos semânticos da religião e a sua força, reconheceu que há um resto na religião não herdável pela simples razão. Disse-o num discurso famoso, por ocasião da recepção do Prémio da Paz dos livreiros alemães e já depois dos acontecimentos trágicos do 11 de Setembro de 2001. Esse resto tem a ver nomeadamente com o drama do perdão.

O perdão, em última análise, já não pertence à ordem do jurídico nem do político. No perdão do imperdoável, é a razão humana enquanto capacidade do cálculo que é superada, pois nem o algoz tem direito ao perdão nem a vítima é obrigada a perdoar. Como escreveu o filósofo Jacques Derrida, perdoar o imperdoável aponta para algo que está para lá da imanência, “qualquer coisa de trans-humano”: “na ideia do perdão há a da transcendência”, pois realiza-se um gesto que já não está ao nível da imanência humana. Aí, começa o domínio da religião. “A partir desta ideia do impossível, deste

‘desejo’ ou deste ‘pensamento’ do perdão, deste pensamento do desconhecido e do transfenomenal, pode muito bem tentar-se uma génese do religioso.”

4. Como escreveu Lúcia Jorge, “Não há livro de instruções para salvar a vida. Só a literatura se aproxima desse imenso livro.” Isto significa que a liberdade leva consigo uma luta e uma história sem fim de libertação. Como insiste São Paulo, “foi para a liberdade que Cristo nos libertou”. Na presente situação do mundo, esta luta tem três exigências essenciais. Uma é a da libertação interior: conquistar-se a si próprio, naquele processo que as religiões chamam de conversão ao melhor de si e ao amor. Depois, como sublinha o teólogo Hans Küng, “não haverá paz entre as nações sem paz entre as religiões”, o que implica a urgência do diálogo inter-religioso e intercultural, colocando no centro o interesse da realização plena de todos os homens e mulheres enquanto pessoas. Para lá de outros pilares, este diálogo implica a leitura histórico-crítica dos textos sagrados, o Estado laico, separando Igreja e Estado como garantia da liberdade religiosa (a laicidade, que não se confunde com o laicismo, é uma conquista histórica da Humanidade) e um projecto de ética mundial. Num mundo globalizado, impõe-se terminar com a cisão entre, por um lado, os chamados mercados, poderes fácticos globais, e, por outro, a política, da ordem do dever-ser, ainda local ou, quando muito, regional. Algo que se aproxime de uma “governança” global, com instâncias políticas globais, para uma ordem económico-financeira justa e equitativa, é essencial, se se quiser evitar o abismo e a catástrofe.

5. É neste contexto que há muito propugno algo de parecido com um Plano Marshall para a África. Sob a protecção de “São” Nelson Mandela, porque, como diz o Professor Adriano Moreira, Mandela não é um santo canonizado pela Igreja, mas é um santo da Humanidade.